

**NÚCLEO BILÍNGUE LIBRAS - LÍNGUA PORTUGUESA:
PROPOSTA DE UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA PARA EDUCAÇÃO DE SURDOS
NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE**

Afonso da Luz Loss¹ - IFC

Mara Rubian Matteussi Garcia Kortelt² - IFC³

Resumo

As pessoas surdas pertencem a um grupo identitário e linguístico minoritário distinto em que a Língua Brasileira de Sinais é o meio de comunicação e expressão, sendo reconhecida legalmente como língua oficial da comunidade Surda (BRASIL, 2002). Nas últimas décadas a pressão exercida pelos movimentos sociais Surdos em prol dos direitos destes levou a constituição de um arcabouço legal com vistas a assegurá-los, bem como a elaboração de políticas públicas voltadas a atendê-los. Esses aspectos contribuíram significativamente para que tivessem acesso nas mais diversas esferas sociais, entre elas, a educacional, o que vem possibilitando a ampliação do conhecimento e reconhecimento das diversidades linguísticas, identitárias e culturais na sociedade. No Instituto Federal Catarinense (IFC) foi a partir do ingresso do primeiro docente Surdo, aprovado em concurso público, que se deu a percepção das especificidades principalmente em relação à língua, à cultura e à identidade. Essas questões mobilizaram a instituição, especialmente por meio das reivindicações do professor Surdo, a intencionar uma proposta para elaboração de uma política linguística que vem sendo planejada e desenvolvida por meio do Núcleo Bilíngue Libras - Língua Portuguesa (NuBi). Sendo assim, este trabalho tem como objetivo principal apresentar a proposta da política linguística institucional descrevendo as principais ações realizadas. Para tanto, emprega o método de estudo de caso de caráter descritivo, em uma abordagem qualitativa (LÜDKE; ANDRÈ, 2013). Entre os principais resultados desta política linguística apresentados até o momento estão, a instituição do NuBi, a aprovação do regulamento do serviço de tradução e interpretação em Libras, a elaboração do Glossário Institucional, a elaboração de um documento institucional norteador e orientador acerca da educação de surdos e o aumento no número de estudantes concluintes no ensino médio integrado e no ensino superior.

Palavras-chave: Política linguística. Libras. IFC. NuBi.

1.Introdução

De acordo com Quadros (2005) “A política linguística brasileira ainda é pautada na crença de que o país seja monolíngue, favorecendo a língua portuguesa em detrimento das tantas outras línguas existentes no nosso país”, ou seja, as demais línguas cooficiais presentes no Brasil ainda estão em busca do reconhecimento do status linguístico. Por meio da

¹ Coordenador Responsável Pedagógico do Núcleo Bilingue: Libras – Língua Portuguesa (NuBi).

² Coordenadora Responsável Técnico Administrativo do Núcleo Bilingue Libras – Língua Portuguesa (NuBi).

³ Instituição: Instituto Federal Catarinense (IFC). E-mail: nubi.libras@ifc.edu.br

constituição de um corpus legal, foi possível avançar no “conhecimento e disseminação” da língua brasileira de sinais, porém, o “reconhecimento” do status linguístico ainda está em construção.

No Brasil, há mais de cem línguas minoritárias, dentre elas, as usadas por indígenas, imigrantes e a Língua Brasileira de Sinais (GRIEP, 2021). Segundo Altenhofen (2013) às línguas minoritárias são assim denominadas por pertencer a grupos menos prestigiados, ou seja, marginais em relação às línguas majoritárias, no caso do Brasil, a Língua Portuguesa. Dessa forma, é possível afirmar que as línguas minoritárias “possuem” um status sociocultural menor do que a língua considerada como oficial.

Nos últimos anos as comunidades e grupos linguísticos denominados minoritários vêm exercendo maior pressão para que suas línguas sejam reconhecidas não apenas legalmente, mas, socialmente em vários espaços com o mesmo status linguístico da língua oficial.

Sabe-se que as pessoas Surdas pertencem a um grupo identitário e linguístico “minoritário” distinto, em que a Língua Brasileira de Sinais é o meio de comunicação e expressão, sendo reconhecida legalmente como língua oficial da comunidade surda no Brasil (BRASIL, 2002).

A percepção das especificidades principalmente em relação à língua, à cultura e à identidade dos Surdos presentes na instituição, principalmente por meio das reivindicações do primeiro docente surdo, fomentou o Instituto Federal Catarinense a intencionar uma proposta para uma política linguística de educação de Surdos que vem sendo planejada e desenvolvida por meio do Núcleo Bilíngue Libras - Língua Portuguesa (NuBi), realizadas em suas frentes de trabalho. Este artigo tem como objetivo principal apresentar o processo de construção da **Proposta de uma política linguística para educação de Surdos no âmbito do Instituto Federal Catarinense (IFC)**, descrevendo a proposta delineada e as ações realizadas pelas frentes de trabalho, por meio dos profissionais da área de Libras, finalisticamente a ele vinculados.

A referida proposta que busca desenvolver práticas igualitárias que contribuam com o reconhecimento da Libras em âmbito institucional surgiu de forma singular a partir da experiência do ingresso de um docente Surdo na instituição, ao ser aprovado em concurso público. Conforme descreve, no seu processo de inserção enfrentou desafios ao se deparar com algumas barreiras, entre elas comunicacionais e informacionais, enquanto sujeito Surdo não sentiu seu direito linguístico plenamente assegurado.

Cabe ressaltar que na instituição havia intérprete de Libras, porém, o serviço prestado era insuficiente, pois, informações institucionais importantes para atuação docente não se

encontram traduzidas em Libras. Experienciar este processo oportunizou a reflexão acerca de vários aspectos que poderiam impactar a vida acadêmica de estudantes Surdos na instituição, com prejuízos que poderiam afetar o ingresso e permanência destes.

Diante disso, percebeu-se a necessidade de elaborar uma proposta para uma política linguística para educação de Surdos, com vistas a atender as especificidades das pessoas surdas e que principalmente considerasse o direito linguístico destes. A ideia de elaboração da proposta inicial foi apresentada à Reitora em exercício da instituição que aceitou prontamente conversar sobre o assunto e sempre se manteve aberta ao diálogo, as solicitações e iniciativas, sendo a maior colaboradora para efetivação dessa proposta.

Por solicitação da reitora, a proposta foi apresentada aos demais membros da reitoria em reunião que contou com representantes da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis) e da Associação Catarinense de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (Acatils). Nesta ocasião, a gestão compreendeu a necessidade de um olhar diferenciado às necessidades específicas das pessoas Surdas na instituição, no intuito de promover a sua permanência, bem como o seu pleno desenvolvimento.

A primeira medida institucional tomada foi a criação de uma instância de atendimento e planejamento de políticas educacionais e ações voltadas aos Surdos. No dia cinco de janeiro de 2017 foi instituído O Núcleo Bilíngue Libras/Língua Portuguesa (NuBi) sendo um órgão destinado a promover condições igualitárias de acesso e permanência de pessoas Surdas na instituição, preconizando o direito linguístico, contribuindo para sua inclusão social e acadêmica (IFC, 2019).

A partir da sua constituição do NuBi, muitos desafios surgiram e emergem paulatinamente no processo para delinear uma proposta ainda em processo de construção. Pois, por conta do seu ineditismo, não há modelos em que possa se embasar. A despeito disso, o NuBi vem trilhando o seu próprio caminho o qual é descrito e apresentado neste artigo.

Para tanto, neste trabalho de abordagem qualitativa empregou-se o método estudo de caso, de caráter descritivo. De acordo com Lüdke e Menga (2013) quando queremos estudar algo singular, que tenha valor em si mesmo, distinto, único, particular, devemos optar pelo estudo de caso. Nesse sentido, entende-se que é o método mais indicado para este, pois, “é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada” (LÜDKE; ANDRÈ, 2013, p.18).

O levantamento de dados para este contou com uma variedade de informações, entre elas destacamos, documentos institucionais, regulamentos, relatórios, registros diversos;

observação participante; e, a escuta dos envolvidos no processo. As informações coletadas foram analisadas a partir da reflexão na bibliografia da área, tal como exposto.

2. NuBi: objetivos, estrutura e constituição das frentes de trabalho

Conforme mencionado anteriormente, foi por meio da criação do NuBi que passou a se dedicar em favor da construção de uma Política de Educação de Surdos no IFC. Este caracteriza-se como um núcleo destinado a promover condições igualitárias de acesso e permanência às pessoas surdas na instituição, contribuindo para sua inclusão social e acadêmica, por meio da garantia do seu direito linguístico.

E de acordo com o seu regulamento, tem por objetivos:

- I. Propor e desenvolver ações institucionais que garantam às pessoas surdas, o acesso à comunicação, à informação e à educação, conforme o previsto no Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005;
- II. Promover a acessibilidade aos serviços e atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão do IFC;
- III. Disseminar a Língua de Sinais Brasileira e a cultura visual no âmbito do IFC, por meio de projetos, assessoria e ações educacionais;
- IV. Contribuir com a proposição de políticas de acessibilidade e orientação à comunidade surda do IFC em parceria com o Clifc e com a Coordenação-Geral de Políticas e Programas Estudantis da Instituição;
- V. Auxiliar na implementação de políticas de permanência e êxito dos alunos Surdos do IFC, de acordo com a legislação vigente;
- VI. Assessorar o Clifc na execução das ações em suas três frentes de atuação, a saber: Formação em Línguas, Tradução e Proficiência.
- VII. Auxiliar no atendimento e prestação de informação aos alunos Surdos, sendo indispensável o encaminhamento pelos setores institucionais interessados;
- VIII. Orientar a instituição, seus servidores e alunos, de maneira geral, com informações a respeito da identidade sociocultural e linguística do sujeito Surdo, visando um bom convívio institucional. (IFC, 2019, p. 1-2)

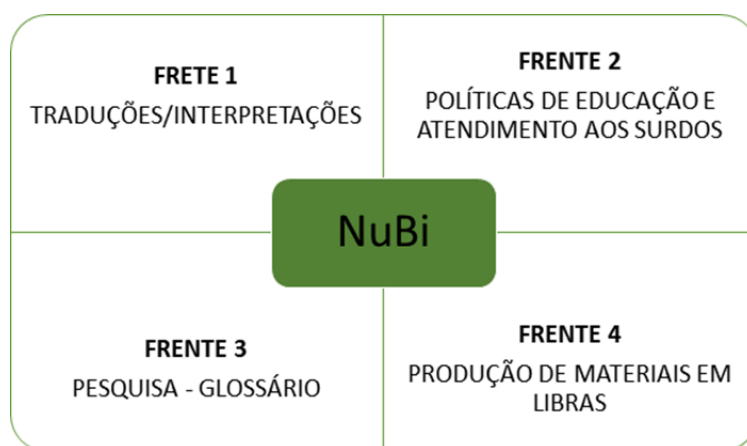
O núcleo se organiza em uma estrutura multicampi, sendo composto por um grupo de profissionais da área de Libras vinculados a ele, finalisticamente, distribuídos nos quinze campi mais a Reitoria do IFC. Esse grupo de profissionais é constituído por sete (7) Docentes de Libras e dez (10) Tradutores Intérpretes de Libras, que atuam em seus respectivos campi e nas frentes de trabalho organizadas pelo núcleo.

A coordenação do NuBi é composta por dois profissionais, sendo um docente de Libras, que é responsável pedagógico, e uma tradutora intérprete de Libras, responsável técnico administrativo. Eles atuam conjuntamente nas diversas demandas e frentes de trabalho, também organizam formações específicas para docentes da área e Tradutores Intérpretes.

Com vistas a implementar a **Proposta de uma política linguística para educação de Surdos no âmbito do Instituto Federal Catarinense**, diante das principais demandas

identificadas o Núcleo Bilíngue instituiu quatro frentes de trabalho, a saber, 1) Responsável pelas interpretações síncronas e assíncronas, tais, como aulas, reuniões, Lives e eventos; 2) Responsável pela elaboração de Políticas voltadas à educação e ao atendimento do estudante Surdo; 3) Responsável pelos Projetos de Pesquisa e Construção do Glossário; 4) Responsável pela Produção de Materiais em Libras.

Figura 1. Frentes de Trabalho do NuBi



Fonte: os autores (2022)

Além das frentes de trabalhos, circunstancialmente são organizadas outras comissões para realização de trabalhos específicos, tais como, equipe de tradução e interpretação de editais, comissão para revisão do Projeto Político Pedagógico de Libras e Comissão para produção do Teste de Nivelamento em Libras.

2.1. Frente 1

Quanto ao trabalho realizado pela frente 1, que é responsável pelas interpretações síncronas e assíncronas, tais, como aulas, reuniões, Lives e eventos. Cabe destacar que por conta da pandemia e da instituição do teletrabalho, as solicitações de demandas aumentaram significativamente, somando-se a isso ao aumento de matrículas dos estudantes Surdos fez-se necessário estabelecer critérios de atendimento prioritários que no momento entendemos ser o mais adequado, são eles:

Quadro 1: Critérios de atendimento prioritários de demandas

1º	Atendimento e acompanhamento de estudantes e docentes Surdos em suas rotinas e demandas escolares/ institucionais, tais como: aulas, reuniões, monitoria, atendimentos etc.;
----	--

2°	Formações e Capacitações Institucionais (por atender aos estudantes e servidores Surdos);
3°	Reuniões Institucionais oficiais (exemplo: CONSUPER, CONSEPE, CODIR);
4°	Lives institucionais
5°	Eventos científicos e acadêmicos
6°	Outras demandas
<p>Observação: em todas as acima relacionadas que tenham a presença de pessoa surda, torna-se prioridade de atendimento.</p> <p>Sempre que necessário a solicitação passa por avaliação e a deliberação é feita pela coordenação do NuBi juntamente com a gestão.</p>	

Fonte: os autores (2022)

Dentre os principais desafios encontrados por esta frente de trabalho, principalmente no período da pandemia, destaca-se o aumento de demandas em relação ao número insuficiente de profissionais que foi certamente o mais desafiador, somando-se a isso, a inserção no contexto audiovisual, a variedade de temáticas a serem interpretadas, as questões relacionadas ao uso das tecnologias, entre outras.

Quanto ao aumento de demandas, buscou-se solucionar com o estabelecimento de critérios de atendimento, priorizando as pessoas Surdas da instituição. Quanto ao contexto audiovisual a inserção foi sendo processual, pois, alguns profissionais sentem-se mais confortáveis que outros em atuarem neste contexto, e alguns optaram por atuar em outras demandas em detrimento desta. Como estratégia para minimizar o impacto ocasionado pela variação temática demandada, buscou-se realizar pesquisas terminológicas, criação de glossários e troca entre os pares durante o estudo dos materiais. E ainda, quanto às questões de uso das tecnologias, foi na prática mesmo que aprendeu-se como fazer uso, apropriando do conhecimento por meio da troca com colegas, assistindo *lives* sobre a temática e realizando adaptações de materiais no espaço reservado para esta finalidade em casa durante o teletrabalho.

Esses apontamentos não intenciam minimizar os desafios a que foram submetidos os profissionais desta frente durante o período da pandemia, menos ainda apresentar respostas simplistas aos problemas enfrentados. A intenção é elucidar as estratégias empregadas para superar os desafios impostos, com vistas a mostrar o esforço coletivo para dar continuidade ao

trabalho visando assegurar o direito linguístico desses sujeitos, bem como a acessibilidade informacional e comunicacional.

Ainda assim, foi possível atender uma parte considerável das demandas solicitadas, priorizando sempre o atendimento ao público-alvo e seu direito de acesso à informação e à comunicação. O trabalho realizado por esta frente demanda de reorganização constante e análise de prioridades, no intuito de ampliar o atendimento e que este seja de qualidade.

2.2. Frente 2

Esta é responsável pela elaboração de políticas voltadas à educação e ao atendimento do estudante Surdo, sendo o seu papel primordial para implementação de uma Política linguística institucional.

Desde a sua constituição esta frente participa de discussões em diversos espaços, seja no âmbito interno, com a gestão e demais núcleos institucionais, tais como: Pró-Reitoria de Ensino (Proen); Diretoria de Ensino (DEN); Centro de Línguas (Clife); Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne); Atendimento Educacional Especializado (AEE); Coordenação Geral de Políticas e Programas Estudantis (CGPPE), como no âmbito externo, com a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD), buscando compreender a proposta para educação de Surdos em âmbito nacional, e também articulando apoio para o desenvolvimento das ações do NuBi.

A partir das discussões acima mencionadas, esta frente elaborou os seguintes documentos: Regulamentação do Serviço de Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais /Língua Portuguesa do Instituto Federal Catarinense e um documento orientador que após período de análise e validação pela comunidade acadêmica será transformado na Política Institucional de Educação de Surdos do IFC.

2.3 Frente 3

Após a sua constituição, esta frente de trabalho avaliou a necessidade de construção de glossários para atender as pessoas Surdas na instituição. Diante das demandas apresentadas entendeu-se que o primeiro trabalho a ser realizado seria a elaboração de um Glossário Institucional em Língua Brasileira de Sinais (Libras) com os termos técnicos utilizados principalmente nas reuniões do Colégio de Dirigentes (Codir), do Conselho Superior (Consuper) e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) do Instituto Federal Catarinense.

Quanto aos procedimentos para elaboração do material, foram realizados em nove etapas, a saber, levantamento de terminologia usada nas reuniões; pesquisa de sinais; estudo e revisão dos sinais encontrados; reunião de definição; criação dos sinais inexistentes; gravação dos sinais em vídeos; revisão dos sinais gravados; edição dos vídeos e divulgação nos canais oficiais.

Até o presente, a frente por meio de seus membros colaborou com outros dois trabalhos, coorientando Projetos Integradores do Ensino Médio Integrado e Ensino Superior. O Projeto Integrador do Ensino Médio resultou na elaboração de um Glossário em Eletromecânica em Libras e do Ensino Superior, uma plataforma on-line, com Glossário em Informática.

2.4 Frente 4

Compreendendo a importância da produção de materiais em Libras e ao mesmo tempo dada a complexidade deste trabalho, o grupo de trabalho passou por um período de pesquisas, reflexões e discussões a esse respeito, buscando mais clareza acerca dos conceitos e a execução do trabalho, por esse motivo as ações desta frente ainda estão sendo avaliadas.

Até este momento, vem atuando de acordo com as demandas solicitadas pelos campi, entre os principais trabalhos realizados estão: produção de material para subsidiar as aulas; pequenos glossários voltados às disciplinas ou conteúdos específicos com vistas a contribuir com a compreensão do conteúdo por parte dos estudantes, produção de vídeo aula em Libras, com uso de imagens.

Um projeto de produção sistemática de material didático em Libras vem sendo pensado por alguns membros deste grupo e está em fase inicial.

2.5 Comissões para realização de trabalhos específicos

Além das frentes de trabalho mencionadas anteriormente, no desenvolvimento das atividades percebeu-se a necessidade de designar comissões para elaboração de trabalhos específicos. Pois, por conta da natureza do trabalho não era possível demandá-lo em nenhuma das frentes e também porque os profissionais que poderiam realizá-lo não se encontravam no mesmo grupo de trabalho.

Nesta categoria estão incluídos trabalhos como, a tradução de editais e a elaboração/produção do teste de nivelamento em Libras. Por conta das especificidades destes, optou-se em criar comissões distintas das frentes de trabalhos. Para a tradução dos editais, além dos tradutores intérpretes de Libras, fazem parte um Docente de Libras Surdo com formação em Tradução e Interpretação e experiência em tradução de editais e, um profissional para fazer

a edição dos vídeos. Quanto ao Teste de Nivelamento, a equipe é composta por Docentes de Libras que elaboraram as questões, Tradutores e Intérpretes de Libras, Docentes de Libras Surdo que atuou na produção do teste, sinalizando as questões, e editor de vídeos.

3. Uma proposta institucional em construção...

A proposta de Política Linguística para Educação de Surdos no IFC está em construção, até o momento foi apresentado sinteticamente o trabalho que vem sendo realizado. Mesmo cientes dos desafios, principalmente relacionados a falta de recurso físico e pessoal, bem como o recorrente e exaustivo processo de convencimento a ser realizado. As expectativas para implementação e ampliação são positivas.

Entre a proposta e a execução há um bom caminho a percorrer, porém, tudo se inicia dando os primeiros passos. Avanços e retrocessos fazem parte do processo.

Dentro de uma proposta institucional, um avanço que cabe destacar é a inclusão da oferta da disciplina optativa de Libras nas Diretrizes para a Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio (IFC, 2019) em consonância com o Decreto nº 5.626 de dezembro de 2005 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e prevê no capítulo II, artigo 3º, parágrafo 2º, a oferta de Libras como componente curricular optativo na Educação Profissional. (BRASIL, 2005).

Relacionado a isto está a aplicação do Teste de Nivelamento como forma de acesso, aferindo o nível correspondente à fluência do estudante. Este recurso já vem sendo aplicado nas outras línguas adicionais ofertadas pelo IFC, inglês e espanhol e a partir de 2022 passa a ser aplicado também em Libras.

A oferta do componente curricular Libras, bem como o acesso ao nível por meio do Teste de Nivelamento confere o reconhecimento do status linguístico da Libras em igualdade com as demais línguas adicionais ofertadas na instituição, o que representa para o NuBi um avanço na implementação da política linguística.

4. Considerações Finais

Descrever neste artigo, o delineamento da política linguística institucional que vem sendo construída no âmbito do IFC foi um exercício que proporcionou muitas reflexões acerca de todo o processo, desde os motivos que levaram a sua constituição, seus objetivos até a constituição das frentes de trabalho.

Essa proposta surgiu de uma reivindicação legítima, das necessidades de os sujeitos Surdos terem suas diversidades linguísticas, identitárias e culturais reconhecidas e respeitadas. A constituição de um espaço destinado para pensar ações voltadas à educação e atendimento desses sujeitos significa um avanço importante, considerando que o NuBi é uma instância composta por servidores da área, entre eles docentes Surdos, todos com foco em nas questões relacionadas à Libras e ao sujeito Surdo.

Destaca-se a importância do fazer coletivo nas frentes de trabalho, em que docentes e intérpretes atuam conjuntamente no desenvolvimento de ações distintas e complementares. As frentes, dentro do possível buscam atender as demandas emergentes no contexto educacional da instituição. Nesse sentido, cabe reiterar que foi a partir da constituição das frentes e do trabalho coletivo que houve um aumento significativo de ações e trabalhos na área.

Entre os principais resultados desta política linguística apresentados até o momento estão, a instituição do NuBi, a aprovação do regulamento do serviço de tradução e interpretação em Libras, a elaboração do Glossário Institucional, a elaboração de um documento institucional norteador e orientador acerca da educação de surdos e o aumento no número de estudantes concluintes no ensino médio integrado e no ensino superior.

Outra medida institucional no sentido de reconhecimento do status linguístico da Libras em relação as demais línguas adicionais, foi a oferta do componente curricular Libras como disciplina optativa no ensino médio integrado. Como forma de acesso ao componente curricular foi aplicado o teste de nivelamento em Libras, tal qual vem sendo realizado com o inglês e o espanhol. Sendo que na primeira aplicação do teste foi no primeiro semestre de 2022, com o interesse bastante expressivo por parte dos estudantes foi possível criar duas turmas, com a possibilidade de ampliação nos próximos semestres.

Sendo assim, diante do exposto foi possível identificar muitos avanços até aqui, sendo que em pouco tempo já foi possível perceber várias ações exitosas, ainda que não tenham faltado desafios e dificuldades na realização destas. As perspectivas são de ampliação dos trabalhos realizados pelo NuBi.

5. Referências Bibliográficas

ALTENHOFEN, C. V. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K. A.; TÍLIO, R; ROCHA, C. H. (Org.) *Política e Políticas Linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2013. p. 93–116. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/tesouro-linguistico/2021/02/17/o-que-sao-linguas-minoritarias/>. Acesso em: 18 out 21.

BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 19 out 21.

Gabriela Wally Griep. O que são línguas minoritárias? Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/tesouro-linguistico/2021/02/17/o-que-sao-linguas-minoritarias/>. Acesso em: 19 out 21.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. Editora Pedagógica e Universitária LTDA, 2013.

QUADROS, R. M. De. O bi do bilinguismo na educação de surdos. Em Surdez e bilinguismo. Eulalia Fernandes (org.). Editora Mediação: Porto Alegre. 2005.

QUADROS, Ronice. Políticas Linguísticas e a Educação de Surdos no Brasil. Disponível em: [https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=27&idart=122#:~:text=As%20pol%C3%ADticas%20ling%C3%BC%C3%ADsticas%20ainda%20acreditam,ser%20\(Quadros%2C%202005\)](https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=27&idart=122#:~:text=As%20pol%C3%ADticas%20ling%C3%BC%C3%ADsticas%20ainda%20acreditam,ser%20(Quadros%2C%202005).). Acesso em: 19 out 21.